SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL
CUT Brasil®
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

18/05/2017 - 17h11 - Redação Sinttel-ES

23/05/2017 13:38 - Carta Maior

Diretas Já!

A substituição do povo por um parlamento deslegitimado viola o espírito democrático da Constituição. Já a recíproca nunca poderá ser verdadeira.

Com a consumação do nefasto golpe de Estado de 2016 e o recrudescimento da crise econômica, social e política que se abate sobre o País, muitas vozes se levantam em favor das eleições diretas, sob a evocativa bandeira das "Diretas Já".

Engrossamos esse coro. Segundo nos parece, a solução para o atual dilema brasileiro passa, necessariamente, pela consulta direta ao povo, único titular da soberania. A possibilidade de eleição indireta, em caso de renúncia ou destituição do senhor que ocupa, ilegitimamente, o cargo de Presidente de República, resultaria, mais uma vez, no alijamento do povo em um momento decisivo da história nacional.

Naturalmente, diversos juristas e "especialistas" se apressaram em demonstrar o seu inconformismo com a proposta de alteração da Constituição para consagrar eleições diretas em caso de vacância nos dois últimos anos do período presidencial. É curioso observar que muitos deles, há poucos meses, pisotearam, sem qualquer pudor, o texto constitucional, legitimando um golpe de Estado, e agora, cinicamente, apresentam-se como "guardiães da Constituição".

Não há qualquer obstáculo à reforma do art. 81, § 1º, da Constituição Federal para converter as eleições indiretas em diretas. O art. 60, § 4º, da Constituição Federal, onde estão estabelecidas as chamadas "cláusulas pétreas", proíbe, explicitamente, o amesquinhamento do voto direto, secreto, universal e periódico. Jamais o contrário, ou seja, a transmutação de eleições indiretas em diretas, de modo a reforçar o princípio democrático!

A substituição do povo por um parlamento deslegitimado, sim, viola o espírito democrático da Constituição. Já a recíproca nunca poderá ser verdadeira. Lamentavelmente, continuamos tendo, nas palavras de Raymundo Faoro, uma democracia sem povo e os últimos acontecimentos da vida nacional o comprovam de maneira eloquente. Já passou da hora de devolvermos o poder ao seu verdadeiro titular, o povo, fundando-se uma verdadeira República.

Gilberto Bercovici, Professor Titular da Faculdade de Direito da USP; Luiz Guilherme Arcaro Conci, Professor da Faculdade de Direito da PUC/SP; Rafael Valim, Professor da Faculdade de Direito da PUC/SP.

Continue lendo **https://goo.gl/jmB3Qx**

IHU - 23 Maio 2017

Após quatro dias, relator desiste de suspender reforma trabalhista

Durou apenas quatro dias a "suspensão" do calendário de discussão do projeto de reforma trabalhista (PLC 38) no Senado. Depois de anunciar a decisão na última quinta-feira (18), "diante da gravidade do momento que vive o país" e por uma questão de bom senso, o relator do texto, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), disse nessa segunda-feira que apresentará seu relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa nesta terça-feira, em sessão marcada para as 8h30. Ele também é relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais.

"Fomos revisando dia a dia a conjuntura, o aprofundamento da crise. (...) E chegamos à conclusão de que é melhor neste momento não misturarmos a crise do governo com aquilo que é melhor para o nosso país", disse o relator, segundo o jornal Valor Econômico. Ele adiantou que não vai mudar o texto vindo da Câmara (como PL 6.787), apenas alterando pontos discutidos com o próprio presidente Michel Temer, que, após vetar alguns itens, editaria uma medida provisória. Mas isso foi discutido antes da denúncias que envolveram Temer.

A decisão de não mais suspender o andamento da reforma foi tomada após reunião da bancada do PSDB. Ferraço disse que apresentará seu relatório e concederá vista coletiva para os senadores analisarem o texto. Ele acredita que o parecer poderá ser votado na semana que vem.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a decisão e pediu que Ferraço e o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), reconsiderem suas posições, sugerindo responsabilidade. "Eu garanto que nós não vamos aceitar. A gente não aceita. Se eles querem trazer essa confusão para dentro do Senado, podem trazer. Nossa postura é de não aceitar que eles façam essa maldade com o povo brasileiro no meio dessa crise. Esse governo acabou", afirmou.

A reportagem é publicada por Rede Brasil Atual - RBA, 22-05-2017.

https://goo.gl/QEQKat

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL

CUT Brasil®

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

RBA publicado 23/05/2017 17h45

MAIS DESGASTE

Governo sofre novos abalos, com críticas de Ferraço e cancelamento de sessão conjunta

Apesar de o Planalto ter considerado debandadas do PSDB e do DEM controladas, senador tucano defendeu hoje saída do governo; sessão conjunta do Congresso foi cancelada no final da tarde

Brasília – Mesmo com a entrada e saída constante de autoridades dos gabinetes do Palácio do Planalto para discutir as próximas estratégias de defesa do presidente Michel Temer para se manter no cargo, e das investidas feitas junto ao Congresso para garantir apoio da base, o governo sofreu nova derrota nesta terça-feira (23). Diante do ambiente de tensão, a sessão conjunta do Congresso Nacional que iria discutir e votar 17 vetos presidenciais foi cancelada. O que se diz nos corredores do Senado é que a equipe de Temer sofreu o impacto da fala do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), durante a manhã. Ferraço declarou oficialmente que sua posição é de rompimento dos tucanos com o governo.

Na noite de ontem, ministros e assessores mais próximos de Temer consideravam controlada a relação com as bancadas do PSDB e do DEM, que teriam se comprometido a só tomar posição a respeito de deixar a base aliada depois da votação da cassação da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). E procuraram passar um tom otimista com o argumento de que, se conseguirem manter deputados e senadores dessas duas siglas, conseguirão manter os outros partidos.

Ferraço, que é relator da proposta de reforma trabalhista, adotou nesta terça-feira uma postura de "morde e assopra": ao mesmo tempo em que trabalhou pela manutenção do curso das reformas, chegou no Senado criticando o presidente. O senador recuou em sua decisão, tomada na última semana, de suspender a tramitação da proposta e deu andamento aos trabalhos. Mas não segurou as palavras. Segundo ele, o PSDB precisa "dar continuidade à reforma e ajudar a estabilizar o país, mas isto não significa que deva ficar no governo".

Aparição de Temer na reunião foi "bola fora"

Para muitos, sua fala foi um recado, para substituir declaração mais enfática de algum líder tucano, enquanto se mantém o "pacto" feito pelo partido de aguardar a decisão do TSE. E, dessa forma, evitar maiores constrangimentos para o PSDB – já desgastado com as gravações que incriminam o senador suspenso de suas atribuições e ex-candidato presidencial Aécio Neves. "Sei que o tema ainda não é consenso dentro do meu partido, mas não vejo outra saída a não ser entregarmos todos os ministérios, diante da gravidade da crise. Até porque o compromisso da gente não pode ser com um ou outro governante de plantão, mas com a sociedade", afirmou.

Leia mais **https://goo.gl/3Ti4Ks**

RBA, 22-05-2017

Entidades pró-direitos humanos repudiam ação de Alckmin e Doria na Cracolândia

Entidades que atuam na defesa dos direitos humanos repudiaram nessa segunda-feira, dia 22, a operação policial conduzida pelo governo do estado de São Paulo e pela prefeitura da capital na região do centro conhecida como Cracolândia na manhã de domingo (21). Em operação considerada de extrema violência, sob a justificativa de combater o tráfico de drogas, centenas de policiais usaram bombas de gás e balas de borracha para dispersar os usuários de drogas que viviam na região. Pelo menos 80 pessoas foram presas, entre elas 69 usuários, "o que evidencia o propósito higienista" da ação, segundo o Conselho Regional de Psicologia.

Horas depois, o prefeito João Doria (PSDB) anunciou, sem qualquer debate com a sociedade civil, o fim do programa De Braços Abertos, que oferecia moradia, alimentação, trabalho e tratamento para dependentes, e que já havia sido premiado por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo considerou a ação – que contou com 50 policiais civis e outros 450 policiais militares, incluindo a Tropa de Choque – "opressora e violenta", em nota. "A operação utilizou-se de mecanismos de asilamento e encarceramento realizando uma operação de higienização do território. Pessoas foram sitiadas, impedidas de circularem". A entidade frisou que a Guarda Civil Municipal impediu que instituições públicas e organizações da sociedade civis acompanhassem a ação realizada pela prefeitura, "atestando mais uma vez a truculência da ação".

A entidade reconheceu na ação "violações graves de direitos humanos", uma vez que a polícia atacou pessoas da região com bombas e realizou prisões indiscriminadamente. O Conselho defendeu que que o uso de álcool e drogas é uma questão de saúde pública e não de polícia.

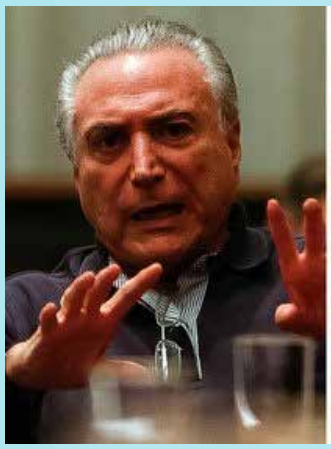
Leia mais

https://goo.gl/DZChSR

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL
CUT Brasil®
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666
247 - 23 de Maio de 2017 https://goo.gl/FW4pXg

O acordo por cima: continuidade do golpe sem Temer

Em paralelo à guerra entre a Globo, a FSP e o Estadão pela primazia de protagonismo na arena política, avançam as costuras no interior da classe dominante para definir as saídas para a crise.



Além dos movimentos dos atores partidários da oligarquia, as entidades empresariais passaram a defender publicamente suas perspectivas.

Nos jornais pode-se observar estes movimentos:

- num Comunicado à Nação, a CNI, sem mencionar o governo e o presidente moribundo, defende que "as reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política são imprescindíveis e têm de continuar avançando";
- em anúncio de página inteira, o SECOVI [Sindicato da Habitação de SP], também omite o descartável Temer e sustenta que "a agenda de reformas veio para ficar e deve ser obrigatoriamente implantada";
- FHC sugere um entendimento com Lula e o PT para viabilizar "umasucessãocontrolada" [leia-se, indireta] do Temer, como pressuposto para a estabilização do clima político para o prosseguimento das reformas no Congresso;
- a colunista Lydia Medeiros, de O Globo informa que o "alto comando da coalizão partidária que sustenta o governo Temer busca, desde o fim de semana, uma solução para a crise que permita a renúncia do presidente e dê a ele garantias de que não irá para a prisão". Segundo a jornalista, "Temer já teria concordado com a ideia, e opções como indulto ou pedido de asilo foram discutidas nas últimas horas. Entre os articuladores estão José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Romero Jucá e Renan Calheiros".

Os parâmetros da classe dominante para a solução da crise estão claros: eleição indireta do sucessor de Michel Temer no Congresso e a continuidade das reformas trabalhista e previdenciária e das agendas antipopulares e antinacionais – ou seja, a continuidade do golpe.

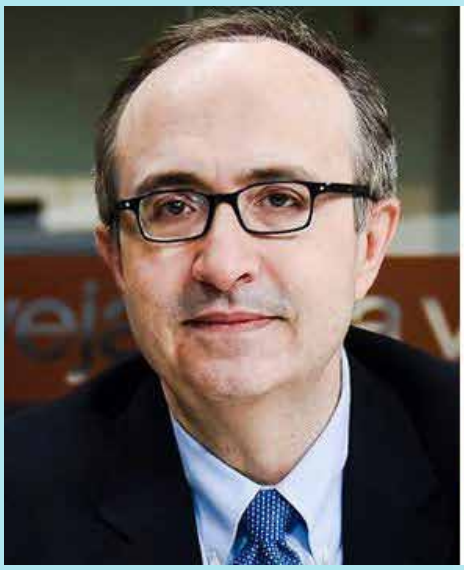
Esta solução requer, porém, o equacionamento de três variáveis: [1] proteger Temer da prisão depois da renúncia ou afastamento, [2] encontrar consenso acerca do nome a ser eleito indiretamente pelo Congresso para suceder Temer e presidir o país até 31/12/2018, e [3] inviabilizar a candidatura do Lula.

Caso não haja uma contundente capacidade de mobilização popular, nos moldes da campanha das Diretas Já de 1984, o desfecho da crise será o acordo por cima fechado pela classe dominante, mesmo que isso possa abrir um período de instabilidade política e de conflito social no país.

JEFERSON MIOLA

Integrante do Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre (Idea), foi coordenador-executivo do 5º Fórum Social Mundial

GRAMPO COM ANDREA NEVES DERRUBA REINALDO AZEVEDO



Em conversa interceptada pela Polícia Federal, o jornalista Reinaldo Azevedo dialoga com Andrea Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves, e classifica uma reportagem da revista Veja, onde trabalha, como "nojenta"; ele se referia à edição que trouxe Aécio na capa; no mesmo diálogo, ele também critica o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; assim que a conversa foi divulgada, Reinaldo pediu demissão de Veja e disse que o grampo violou um dos pilares da democracia, que é o sigilo entre jornalistas e suas fontes: "Há uma agressão a uma das garantias que tem a profissão. A menos que um crime esteja sendo cometido, o sigilo da conversa de um jornalista com sua fonte é um dos pilares do jornalismo", escreveu, em resposta ao portal BuzzFeed - Leia mais em https://goo.gl/pKTKQl

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil®
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

247 -23/05/2017 TEREZA CRUVINEL https://goo.gl/TqmmDl

As ilusões de Temer, cabra marcado para cair

Temer e sua turma vivem a ilusão de que nas últimas horas as coisas melhoraram para ele Temer, que pode até sobreviver, mesmo ferido e sangrando. Alguns aliados tentam empurrar a reforma trabalhista no Senado, Rodrigo Maia tenta destravar a pauta da Câmara, apesar da obstrução da oposição,, DEM e PSDB adiaram o desembarque, houve a desqualificação da gravação do homem-bomba da JBS...Tudo ilusão. A queda de Temer é um fato marcado para acontecer, faltando apenas alguns acertos dentro do "establishment", especialmente sobre quem será o "indireto" sem rabo-preso a ser eleito para tocar a agenda liberal com mais eficiência. O rito a ser seguido deve ser mesmo o da cassação da chapa Dilma-Temer pelo TSE, a partir de 6 de junho. Até lá, seremos entretidos com fogos de artifício.

Quem tiver dúvida sobre a inexorável queda de Temer que se faça uma pergunta: alguma vez as Organizações Globo entraram numa disputa política para perder? Nunca. Por que então estariam, em todas as suas mídias, mantendo o fogo alto e forte sobre Temer, se houvesse alguma chance de perderem a parada? A segurança com que a Globo mantém a ofensiva sugere, a muitos do mundo político, que a delação da JBS é apenas uma pontinha da munição que a Globo tem contra Temer.

Tentando enxergar individualmente as árvores desta floresta densa, separemos os atores e as etapas.

1. 0 "acordão pelo alto". Enquanto Temer esperneia e ganha tempo, seguem as articulações silenciosas por uma "solução constitucional", o que significa seu afastamento de forma legal, com a eleição indireta do sucessor, tal com previsto na Carta. Quais são os atores envolvidos? FHC certamente é um deles, juntamente com os tucanos que realmente hoje contam, como Tasso Jereissati. O presidente interino do PSDB diz que seu partido não seria "irresponsável" de deixar o governo pendurado no ar até que o TSE realize o julgamento da chapa Dilma-Temer. Esta foi uma forte indicação de que a degola de Temer virá mesmo pelo tribunal. Devem participar das negociações, além dos tucanos, alguns empresários da "nata" do capitalismo nacional mais responsável e uns poucos peemedebistas, como o dissidente Renan Calheiros, que disse numa rede social: "Precisamos construir uma saída na Constituição, que garanta eleições gerais em 2018 e Assembleia Nacional Constituinte. Fora disso é o imponderável. Tenho convicção de que o presidente compreenderá seu papel e ajudará na construção de uma saída."

Temer só pode ajudar de um jeito: renunciando. Por isso estariam sendo discutidas também as garantias que lhe poderiam ser oferecidas, como a de que não será preso caso renuncie. Estas conversas correm numa faixa, mas em outra, Temer e sua turma tentam ganhar tempo, contando com o medo geral do imponderável, que pode atender pelo nome de diretas-já e de Lula. O "pacto pelo alto", como o batizou o historiador José Honório Rodrigues, está com toda pinta de que vai novamente vingar. As manifestações pelas diretas não explodiram de largada, no domingo, prometendo um grande movimento de massas. Vamos ver amanhã mas o outro lado está mais avançado. O povo está cansado e desiludido.

2. 0 nome – Inicialmente, o mais cotado para ser o "indireto" foi Henrique Meirelles mas este nome também já perdeu força, assim como o de Nelson Jobim e o de Carmem Lucia. Meirelles serviu à JBS por quatro anos, o que soa mal, e melhor servirá à elite como ministro da Fazenda. Falou-se até mesmo em Rodrigo Maia mas este terá outra utilidade para a transição. Será ele o presidente interino enquanto correrem os preparativos para a eleição no Colégio Eleitoral que vai ser ressuscitado.

A coalizão do golpe está apenas descartando Temer mas continua sendo a mesma, com o mesmo programa. As "reformas" não são coisas do Temer, mas uma exigência da elite, do capital que precisa ampliar sua mais-valia. O nome do "indireto" pode surpreender, pode estar sendo preparado em silêncio. Com certeza, será alguém que pode não ter carisma mas não terá os defeitos gritantes de Temer: vulgaridade moral e intelectual, rabo preso, deselegância litúrgica.

3. 0 rito do TSE. Inicialmente PSDB e o DEM condicionaram a permanência ou o desembarque à decisão do Supremo sobre o pedido de Temer para que o inquérito pedido por Janot seja suspenso. Ontem, a ficha caiu para Temer e sua defesa. Como provavelmente o STF manteria as investigações, o que seria uma antecipação da disposição para afastá-lo logo que se tornar réu, Temer desistiu do pedido. PSDB e DEM adiaram então a decisão para depois do julgamento do TSE. Este foi um sinal claro de que a degola virá, por ironia, do tribunal presidido por Gilmar Mendes, dileto amigo de Temer. A não ser, é claro, que evoluam negociações sobre uma renúncia com garantias de que não será preso. Será no TSE porque. dentre as "soluções constitucionais" existentes, este é o único rito que pode ser sumariamente consumado. O impeachment, tanto quanto o afastamento pelo STF, após uma denúncia de Janot, são processos por demais alongados diante da situação.

4.Papel da Globo e da mídia – Como eu disse no início, quem achar que Temer pode sobreviver deve fazer-se uma pergunta: alguma vez as Organizações Globo entraram numa disputa política para perder? Não. Elas ajudaram a derrubar Jango em 64, demoraram mas embarcaram no impeachment de Collor, que haviam ajudado a eleger, foram decisivas na derrubada de Dilma e agora apostam alto contra Temer. O império dos Marinho, por tudo o que significa como poder real no Brasil, não embarcaria nesta cruzada se não tivesse o aval de outras forças do sistema, como empresários, banqueiros, militares etc. Aqui houve um desencontro entre os que apoiaram o golpe. Os dois jornalões paulistas, por razões não de todo claras, seguem jogando na ambiguidade. Foi a Folha que forneceu a Temer sua principal arma de defesa, o questionamento da integridade da gravação de Joesley. O Estadão, aqui e ali, aponta os crimes mas defende a importância da estabilidade e da continuidade das reformas, numa espécie de "ruim com ele, pior sem ele".

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL
CUT Brasil®
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

maio 23, 2017 by iTelecom

Governo publica MP para negociação de débitos não tributários

O presidente Michel Temer publicou hoje, 22, a Medida Provisória nº 780 que institui o "Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal". Essa MP não tem nenhuma relação com aquela anunciada há várias semanas pela Anatel e MCTIC, pra equacionar a dívida da Oi junto à União.

Essa Medida Provisória refere-se apenas a créditos não tributários, enquanto a dívida da Oi – de mais de R$ 11 bilhões, ainda que referentes à multa da Anatel – passa por um grande questionamento judicial sobre se deve ser tratada como crédito tributário ou não, e, por isso, foi acrescentada, pela empresa, na lista da dívida total do processo de recuperação judicial. A Anatel e o MCTIC tentam resgatar os valores a serem negociados para investimentos em banda larga. Leia mais https://goo.gl/O71vwz

RBA publicado 23/05/2017

NO LEGISLATIVO

Congresso tem 'dia de guerra' pela obstrução de pautas até acolhimento de impeachment

Planalto tenta garantir votações e passar imagem de controle sobre a base, que está dividida. Para oposicionistas, com exceção de algumas comissões, no plenário das duas Casas "não se vota nada"

Enquanto parlamentares debatem votação das reformas e impeachment de Temer, ONG Rio de Paz faz protesto no gramado do Congresso. As máscaras representam políticos envolvidos em corrupção

Brasília – Enquanto o presidente Michel Temer deu seguimento à chamada de ministros e parlamentares da base para conversas, o Congresso iniciou a semana legislativa, hoje (23), com uma "queda de braço" entre aliados do governo que querem a continuidade dos trabalhos na Câmara e no Senado "pelo bem do país" e a oposição. São discutidas votações de matérias que havia sido suspensas e de medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta. Os oposicionistas querem obstruir, embora alguns aceitem a votação, apenas, do segundo turno da matéria referente ao abuso de autoridade no Senado e a proposta de eleições diretas para substituição de Temer.

Dentro desse clima, já há quem fale abertamente em ofertas de cargos pelo Executivo para garantir votações e, por outro lado, de incremento de manifestações de estudantes e movimentos populares na Esplanada, para pressionar pela obstrução e pela saída de Temer.

Só se saberá um desfecho no final da tarde, porque as sessões deliberativas das duas Casas, previstas para ter início às 14h, terão votações realizadas – se forem realizadas – depois de esgotados os discursos, o que se espera por volta das 16h. "Não vamos votar nada. A discussão que o país precisa neste momento é sobre os motivos pelos quais o Congresso ainda não formalizou o impeachment deste presidente ilegítimo. É a resposta que precisamos dar à sociedade. Antes disso, não vai passar nada", bradou, no início da manhã, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

Leia mais em **https://goo.gl/CUyGCI**

Redação RBA publicado 23/05/2017 17h06

CUT: se fizerem indiretas, faremos 'fora Maia', 'fora Cármen Lúcia' e greve

Centrais preparam marcha amanhã em Brasília. Dirigente afirmou que reformas têm de sair da pauta do Congresso

Clima esquenta para a 'ocupa Brasília' nesta quarta-feira

São Paulo – Representantes das centrais já estão em Brasília para a marcha que ocorrerá nesta quarta-feira (24), durante a qual esperam levar até 100 mil pessoas, aumentando a estimativa em relação à última sexta (80 mil). Na Câmara, onde participou de reuniões para discutir os preparativos do ato, o presidente da CUT, Vagner Freitas, afirmou que não adianta tirar o presidente Michel Temer e convocar eleições indiretas. "Querem tirar um golpista e colocar outro para fazer a reforma trabalhista e da Previdência", denunciou.

Segundo ele, o movimento de amanhã é não apenas para pedir a saída de Temer, mas cobrar eleições diretas imediatamente. "Se fizer eleições indiretas, vai ter o 'Fora Maia', o 'Fora Cármen Lúcia', ou fora qualquer outro que não for eleito com o voto popular", disse Vagner, em entrevista coletiva com sindicalistas e integrantes de movimentos sociais, referindo-se aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Supremo Tribunal Federal (STF), cotados como "presidenciáveis" em uma eleição restrita ao Congresso. "Credibilidade só se dá com eleição. Vamos ficar mobilizados até ter diretas já."

Além da aprovação da eleições, o presidente da CUT disse que é preciso retirar as reformas em tramitação no Congresso. "É diretas já com a imediata retirada da pauta. Ou construiremos uma nova greve geral, as centrais e os movimentos organizarão uma greve maior que a do dia 28 (de abril)", afirmou.

Ele manifestou preocupação com possíveis ações da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, que teria a pretensão de revistar individualmente os manifestantes. "Isso é uma atitude de provocação, que vai trazer conturbação", criticou, afirmando que já se montou um "aparelho de guerra" hoje, como se fosse "para defender o Congresso de um ataque militar inimigo".

https://goo.gl/ozOlZE